

Necessidade de uma definição

Existe certo mal-estar nos meios internacionais acerca da posição brasileira relativa à renegociação da dívida externa e de nosso relacionamento com o Fundo Monetário Internacional. O Brasil não parece ter assumido posição firme sobre tais questões e as declarações da própria administração sobre tal assunto são contraditórias ou dúbias. Isso está criando apreensão nos meios internacionais que, esperamos, só a viagem do ministro da Fazenda Francisco Dornelles a Washington e Nova York em 25 de abril será capaz de dissipar.

Como presidente eleito, o dr Tancredo Neves, nas suas declarações tanto no Exterior quanto diante da imprensa brasileira, havia deixado bem claro suas posições. Notadamente, havia afastado, pelo menos enquanto não haviam sido esgotadas todas as outras soluções, uma discussão política da dívida externa. Incontestavelmente, as declarações do presidente eleito haviam tranquilizado a comunidade financeira internacional, preocupada com opiniões de economistas brasileiros ligados ao PMDB e até à Frente Liberal propondo desde uma moratória pura e simples da dívida até um sistema de capitalização de juros, passando por uma dispensa da intervenção do FMI e uma moratória negociada quanto aos juros. Mas, desde a instalação do novo governo, nas condições trágicas marcadas pela ausência do líder da Nova República, verificou-se uma série de fatos que deixaram perplexos nossos credores.

Alguns dias depois da posse do vice-presidente José Sarney, enquanto a equipe econômica do novo governo não estava totalmente constituída, o Brasil foi representado na reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento em Viena (Áustria) pelo

novo diretor da área externa do Banco Central, sr. Sérgio Freitas, que havia participado ativamente dos trabalhos da Copag, notadamente no caso do problema da renegociação da dívida externa. A realização da reunião do BID na Europa representava um fato importante, visando a dar atenção aos europeus, que participam minoritariamente no organismo financeiro regional dominado pelos Estados Unidos, mas ao mesmo tempo permitiu que numerosos banqueiros europeus estivessem presentes a esse encontro geralmente realizado na América. Ora, o diretor do Banco Central do Brasil surpreendeu o auditório ao defender teses novas (talvez inspiradas no trabalho da Copag), que representavam modificação total da posição brasileira em relação ao problema da dívida externa.

O tom do discurso surpreendeu o auditório — mesmo os banqueiros de alguns países como a Suíça e a República Federal da Alemanha, que aceitariam a tese de uma capitalização de juros desde que todos os credores seguissem tal caminho, o que, no caso dos bancos norte-americanos, viria a exigir profunda reformulação das normas fixadas pelas autoridades monetárias de Washington.

A partir dessas declarações do diretor da área externa do Banco Central, voltaram a ser feitas propostas “inovadoras” sobre a renegociação da dívida, aumentando a confusão, a ponto de o presidente em exercício achar necessário baixar decreto estabelecendo que o único responsável do governo para tratar do problema da dívida externa é o ministro da Fazenda, Sr. Francisco Dornelles.

O titular da Pasta da Fazenda devia participar da reunião do Comitê Interino do FMI, mas as circunstâncias conhecidas o impediram de realizar essa viagem que seria a sua estréia nes-

sas reuniões, nas quais existe grande interesse em conhecer a real posição do Brasil. No seu lugar foi o novo presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber, que, participando pela primeira vez como autoridade monetária de uma reunião desse tipo, talvez desconheça o cuidado necessário nas declarações feitas em meio a um público muito sensível.

Ao afirmar que o processo de ajustamento “requer uma decisão política”, o presidente do Banco Central deixou seus interlocutores do Comitê Interino perplexos, ligando suas palavras à idéia de uma renegociação política da dívida externa. Não sabíamos que era este o pensamento do sr. Antônio Carlos Lemgruber, mas quando afirmou que “nenhum processo de ajustamento pode sobreviver fora de um ambiente de desenvolvimento econômico”, o que é verdade, teria tido a obrigação de melhor explicitar seu pensamento, que para alguns dos seus ouvintes soou como se defendesse a idéia de um desenvolvimento a qualquer custo.

Pensamos que o governo pode adotar uma política de firmeza nas suas negociações com o FMI, recusando aceitar compromissos que não estaria em condições de respeitar, mas parece-nos necessário que o ministro da Fazenda possa, o mais cedo possível, com toda sua autoridade, explicitar a verdadeira posição do Brasil sem deixar dúvidas quanto à vontade desta nação de continuar numa linha de diálogo aberto com o organismo internacional.

N. da R.: na Nota intitulada Pensar grande, publicada nesta página na edição de ontem, no segundo parágrafo, o texto correto é: “(...) Ao sr. José Sarney, que sempre foi político, não há de ter passado despercebida a visão de vãos mais altos no cenário nacional.”